

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2023

A Coroa e a Nobreza

Reflexões em torno da conquista de Ceuta¹

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO²

In memoriam

Prof. Artur Torres Pereira³

Não sendo um estudioso da expansão ultramarina portuguesa, mas não podendo recusar o honroso convite da Presidência da Classe de Letras para fazer uma intervenção sobre Ceuta, a única forma que encontrei para oferecer a esta douta assembleia uma pequena contribuição sobre um tema que desde sempre apaixonou a crónica e a historiografia portuguesas, foi a de perspectivar a questão desde um enfoque que me é mais familiar, ou seja, o da análise do grupo aristocrático.

Uma conferência sobre o papel da nobreza em Ceuta, perguntar-se-ão? De todo, muito embora o tema merecesse a maior atenção, sobretudo depois da tese dedicada por Nuno Campos à figura de Dom Pedro de Meneses⁴, 1.º Capitão-mor de Ceuta e fundador da Casa de Vila Real, e ainda esteja por fazer, do meu ponto de vista, um estudo aprofundado sobre o papel daquele grupo no âmbito mais geral da Expansão portuguesa.

De resto, e depois de largas décadas dedicadas à apreciação dos primórdios desse movimento, a bibliografia sobre Ceuta e a expansão norte-africana nos últimos anos tem incidido mais sobre os aspectos da arqueologia militar e do

¹ O carácter de conferência e de um certo tom de “ensaio”, liberta-me da obrigatoriedade de referir os meus trabalhos onde se expõem vários dos meus argumentos e que os colegas, embora muitas vezes discordando, conhecem.

² Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Real Academia de la Historia.

³ Falecido na semana anterior a esta comunicação, foi sempre, desde o meu primeiro dia na Academia, de uma extrema amabilidade. Aquando da apresentação deste texto, e depois de saudar os Confrades presentes, dediquei-a à sua ilustre memória, o que aqui respeitosamente se reitera.

⁴ Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila real (1415–1437)*, Lisboa/Évora: Edições Colibri/CIDEHUS, 2018.

armamento, como parecem apontar os estudos de André Teixeira⁵, da Universidade Nova de Lisboa e de Inês Araújo⁶, da Faculdade de Letras de Lisboa — esta última com uma interessante tese de mestrado sobre as Tapeçarias de Pastrana sob o ponto de vista do armamento — ou as campanhas arqueológicas levadas a cabo pelo Instituto de Estudios Ceutíes, que este ano promove um importante congresso comemorativo da conquista, e do qual muito se espera pela qualidade dos especialistas presentes.⁷

Dito isto, e escorado pelos estudos mais conceituados sobre a Expansão e o monarca que promoveu a conquista daquela praça do Norte de África, pareceu-me interessante colocar uma questão que julgo nunca ter sido formulada no enquadramento global do início da política de conquistas e de exploração marítima. Dito por outras palavras, rios de tinta correram para responder à questão do porquê, ou seja, das causas e das razões que levaram à decisão de conquistar Ceuta; outra tanta, se dedicou a discorrer sobre o por quem, no sentido de apurar de que cabeça, ou cabeças, surgiu a ideia dessa empresa, e ainda sobre quem apoiou (ou não) a campanha; para não falar, finalmente, sobre as consequências de Ceuta. Sobre muitas destas matérias, e já com mais de meio século, continuam luminosas as páginas dedicadas ao tema por Vitorino Magalhães Godinho⁸.

Creio, porém, que ninguém colocou a questão do como. Não, naturalmente, na perspectiva técnica da expedição, sobre a qual existem dezenas de títulos⁹; nem do sentido económico da questão, já que muitos o contemplaram nas suas análises:

⁵ Teixeira, A., *Fortalezas. Estado Português da Índia: arquitectura militar na construção do império de D. Manuel I*, Lisboa: Tribuna da História, 2008; André Teixeira (coord.), *En las dos orillas del estrecho de Gibraltar: arqueología de fronteras en los siglos XIV–XVI*, Lisboa: Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar, 2016; Jorge Correia e André Teixeira (coord.), *A Península Ibérica e o Norte de África (séculos XV a XVII): história e património*, Lisboa/Braga: CHAM — Centro de Humanidades/Laboratório de Paisagens, Património e Território, 2019.

⁶ Araújo, I., *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Lisboa: Faculdade de Letras, 2013.

⁷ As actas do encontro foram, entretanto, publicadas — cfr. *Los orígenes de la expansión europea. Ceuta 1415. Congreso Internacional (Ceuta, 1 al 3 de octubre 2015)*, Tomos I e II, Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 2020.

⁸ Godinho, V.M., “Dúvidas e problemas acerca de algumas teses da história da expansão” in *Ensaios. II — Sobre História de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978, pp. 87-124, e *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008 [1.ª ed. 1962].

⁹ Veja-se, por mais recente, o excelente estudo de Luís Miguel Duarte, *Ceuta 1415. Seiscentos anos depois*, Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

Da revolução [de 1383–1385] sai ainda a nova base financeira do Estado: as sisas (...) generalizam-se a todo o reino, tornando-se a principal fonte de receita do tesouro público (...). Ora é graças à iniciativa do Estado que se empreende a expansão portuguesa, aberta em 1415 com a tomada de Ceuta; e o papel do poder central continuará a ser extremamente importante (Godinho, 2008, p. 120) .

Também parece ser tácita a inexistência de grandes dificuldades económicas na vontade determinada do monarca em levar por diante a conquista, independentemente de a ideia ter sido sua ou inspirada pelo vedor da fazenda João Afonso:

(...) Ceuta concretizou-se graças a uma vontade férrea e plena autoridade de D. João I, galvanizadas pelo sangue novo e ardente dos infantes. Em torno da preparação da expedição, e mesmo já com ela a decorrer, reuniram-se inúmeros conselhos. Nunca as vontades neles foram unânimes. Mas o rei partia para eles já com a sua decisão tomada e fazia-a prevalecer. Ceuta iria avante¹⁰.

A expedição militar a Ceuta não era necessária. Foi querida. E intencionalmente decidida. D. João I quis, ainda e por uma última vez, uma guerra. O seu primevo memorial era guerreiro. A ele retornou. Para o sacralizar. O sangue dos cristãos lavava-se no sangue dos infiéis. O rei de Avis, que fora cavaleiro pela sua causa, era agora cavaleiro de Cristo. Convocara homens para defender a sua realeza e agora recrutava homens para lhes oferecer a salvação das almas. (...) Ele foi mesmo o primeiro rei cristão, como reza o seu epitáfio, que depois do geral domínio da Hispânia pelos infiéis a desafiou, tomando Ceuta, em África, na própria terra dos invasores (Coelho, 2005, pp. 184-185).

Se do ponto de vista técnico e logístico não me assaltam dúvidas, e admitindo embora a capacidade económica para a Coroa assumir as despesas da expedição, volto a colocar a questão, reformulando-a: como foi possível ao Rei de Portugal

¹⁰ Coelho, M.H., *D. João I. O que recolheu Boa Memória*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 184.

promover a conquista de Ceuta, no contexto político e diplomático, económico e social da Europa das primeiras décadas de *Quatrocentos*? E, não se esqueça, a conquista de Ceuta começou a gizar-se a partir de 1409.

A questão, entre outras razões, surgiu-me pela experiência de longos anos como responsável pela cadeira de *História Política na Época Medieval*, que lecciono na Faculdade de Letras da Universidade do Porto há bastantes anos, o que sempre me permitiu percepcionar um quadro mais geral da política europeia ao longo da Idade Média. E, convenhamos, a segunda metade do século XIV, em todos os reinos da *Cristandade*, não ficou propriamente marcada pela ausência de conflitos, de carestias, de pestilências e de rupturas das mentalidades. Parece-me, por isso, interessante analisar, ainda quando sumariamente, a situação das diferentes estruturas políticas da época.

Começando por aquelas com uma clara vocação e tradição universalistas, como o Papado, é bem-sabido que este foi afectado por uma ruptura muito profunda a partir de 1378, designada como “Cisma do Ocidente”, que dividiu a *Cristandade* em duas obediências papais, entre Roma e Avinhão; a oposição que dividiu os que pugnavam pelo primado da Fé, contra os que advogavam a possibilidade de conciliar a Fé com a Razão, acabaria por levar as diferentes monarquias a optar por uma daquelas duas obediências, divisão ainda mais acentuada pelas fidelidades contruídas em torno dos grandes protagonistas da Guerra dos Cem Anos. Seja como for, esta ruptura só terminaria cerca de 1440, depois de reiteradas tentativas conciliares para a resolver.

Do lado do Império a situação não era muito melhor, com o trono imperial vago entre 1378 e 1433. Integrando 6 Principados Eleitores, 25 Principados Laicos e 90 Principados Eclesiásticos, e mais de 100 condados e centenas de senhorios menores, assistiu a largas disputas entre diferentes dinastias, como os Luxemburgo, os Wittelbach ou os Habsburgos, com estes últimos a afirmarem-se desde 1438, mas impondo-se mais claramente com Frederico III, Imperador desde 1452 e genro do nosso rei D. Duarte. Como se vê, porém, a instabilidade marcou o Império durante mais de meio século.

Quanto à Itália, e por certo sem surpresa para o leitor mais avisado, o Norte contrastava perante um vigoroso *Renascimento* cultural e as entusiasmantes disputas entre cidades-estado, como Génova, Pisa, Siena ou Veneza, ou poderosas *signorie*, como Florença, Verona e Mântua, e o altaneiro grão-ducado de Milão,

assistindo-se às tão vistosas quanto violentas vontades dos Sforza, Visconti, Médici, Dória, Contarini ou Mocenigo, com os seus caracoleantes exércitos de mercenários e *condottieri*, alguns imortalizados pelo genial cinzel de Donatello. Ao Centro, os Estados-Pontifícios, muito diminuídos e desagregados desde o Pontificado de Avinhão e com o Cisma, e por fim, a sul daqueles, a área de influência cada vez mais evidente da Coroa de Aragão sobre o reino de Nápoles e as estratégicas ilhas da Sardenha e da Sicília. Em suma, a sempre inquietante, mas fecunda instabilidade italiana.

Quanto a França, e depois dos períodos devastadores que marcaram a primeira fase da Guerra dos 100 Anos, em particular com o que terminou pelo humilhante Tratado de Brétigny (1337–1360), e pese embora o ciclo posterior de recuperação (1360–1389) — até porque o palco das operações militares se trasladou para o palco ibérico. O reinado de Carlos VI (1380–1422), coincidente com a génese da dinastia de Avis, porém, ficou marcado por alguns dos momentos mais dramáticos da história francesa, desde as disputas pela regência durante a sua menoridade até à acentuada loucura do monarca e a sua visível incapacidade para controlar as tensões vividas entre os vários ramos da família real, como Borgonhas e Armagnacs, como dos poderosos poderes aristocráticos em geral, passando por revoltas populares e por uma profunda crise económica, resultado do contexto geral de debilidade que vinha desde meados do século XIV, potenciado pelo declínio demográfico após a Peste Negra e a devastação provocada pela Guerra dos Cem Anos. Conflito que foi precisamente reatado em Agosto de 1415, quando Henrique V de Inglaterra — sobrinho da nossa rainha Dona Filipa de Lencastre — decide invadir o reino francês e desfere em Outubro uma pesada derrota aos exércitos de Carlos VI, na célebre batalha de Azincourt.

Inglaterra que, se agora surgiu aos nossos olhos como conquistadora, também vivera tempos muito difíceis nas últimas décadas de *Trezentos*. Após Brétigny, onde foi claramente vencedora, não foi capaz de consolidar as enormes vantagens territoriais conseguidas por aquele acordo, uma vez que a França, contando com o apoio naval de Castela a partir de 1369, conseguira paulatinamente recuperar aquelas perdas, o que conduziria às pazes de 1389, que acabaram por corporizar um empate entre as duas potências. O reinado de Ricardo II (1377–1399), porém, também acusou problemas muito semelhantes aos do seu homólogo francês, com uma menoridade que levou a uma violenta disputa entre os seus tios

pelo controle da regência, as sangrentas revoltas camponesas de 1381, o assassinato do duque de Gloucester em 1389 e, finalmente, a revolta lancastriana de 1399, com a deposição e posterior assassinato do rei, e a entronização de Henrique IV de Lancaster, pai de Henrique V, o acima referido vencedor de Azincourt. Seja como for, desde 1415 que a Guerra dos Cem Anos fora activada!

Guerra, diga-se em abono da verdade, que tinha afectado profundamente outras monarquias, em particular as que tinham assumido desde o início um apoio claro a um dos lados, como foi o caso de Navarra. Aliada indefectível dos ingleses durante o reinado de Carlos II, *o Mau* (1349–1387), ficou sujeita às devastações e violências da guerra, fazendo com que o seu herdeiro, Carlos III, *o Bom* (1387–1425) conduzisse uma política de recuperação económica, e de apaziguamento e aproximação a França.

Passando os Pirenéus com a referência a Navarra, o panorama dentro da Península Ibérica estava muito longe de ser pacífico. Desde logo, porque a Coroa de Aragão vivera muito intensamente uma série de conflitos durante o largo reinado de Pedro IV, *o Cerimonioso* (1336–1387), quer contra os seus parentes mais próximos pelo controle do reino de Maiorca, quer com os seus meios-irmãos, quer, finalmente, contra o seu homónimo rei de Castela, Pedro I, o Cruel, pelo domínio dos territórios entre Múrcia e Valência. E, todo este período de conflitos internos e externos, coincide com o segundo ciclo da primeira fase da Guerra dos Cem Anos que decorre em território peninsular. Mais grave, porém, foi o facto de os seus dois filhos e imediatos sucessores, João I (1387–1396) e Martim I (1396–1410), terem morrido sem descendência masculina, numa coroa onde as mulheres podiam transmitir os direitos ao trono, mas não podiam ser rainhas. Assim, pela morte de Martim I sem filhos varões legítimos, foi necessário escolher um herdeiro para a Coroa de Aragão, o que, depois de uma série de vicissitudes bem conhecidas, acabou por ser decidido em 1412, no célebre Compromisso de Caspe, a favor do Infante castelhano D. Fernando de Antequera, ou seja, Fernando I de Aragão (1412–1416), da dinastia Trastâmara, e, como se poderá calcular, o seu breve reinado foi bastante exigente do ponto de vista político e diplomático, sobretudo se tivermos em conta a complexa estrutura da coroa aragonesa.

Fernando I de Aragão que não deixou de ser por isso, imagine-se, membro do conselho de regência do seu sobrinho, João II de Castela (1406–1454), que

com apenas oito anos subiu ao trono castelhano, abrindo um ciclo de instabilidade política e social com contornos verdadeiramente caóticos, continuado depois, se é possível, em moldes ainda mais críticos no reinado de seu filho Henrique IV (1454–1474), o qual se prolongaria até à chegada ao trono castelhano de Isabel I.

Quanto a Portugal, e depois de atravessar as gerais dificuldades económicas e demográficas que marcaram a segunda metade do século XIV, nomeadamente a Peste Negra, sofreu vários conflitos militares, como as guerras ditas *fernandinas*, entre 1369 e 1382, que opuseram D. Fernando I a Henrique II de Castela, primeiro, e depois a célebre crise sucessória entre 1383 e 1385, que resultou na entronização de D. João I (1385–1433), mantendo-se o estado de guerra com Castela, pelo menos até às tréguas de 1400.

Ora, olhando para o quadro geral acima descrito de forma breve, e que nos revelou uma Cristandade a braços com diversas crises em praticamente todas as monarquias, não será natural que se olhe com alguma surpresa para o facto de o rei de Portugal querer, ter meios, autoridade e poder para decidir conquistar uma praça no norte de África? Será assim tão estranha a minha questão inicial?

* * *

Peço-vos assim que, entrados em Ceuta com os restantes expedicionários no dia 21 de Agosto de 1415, e procurando iludir a confusão natural da vitória, nos resguardemos no cimo das muralhas, refrescando-nos na visão do mar, e olhemos para Noroeste, para esse reino desde então de incessantes partidas e regressos, até hoje, seis séculos depois, e questionemos de novo: **como?**

Respondo desde já: porque os Reis de Portugal nunca defrontaram uma aristocracia suficientemente forte para travar a afirmação continuada do poder régio, diga-se mesmo, desinibidos do pudor com que pouparíamos as sensibilidades mais modernistas, no caminho da centralização do poder e da afirmação do Estado monárquico.

Esquematzarei agora, não tanto pela escassez de tempo, que é certa, como pelo respeito pelos tolerantes confrades, o que se desenvolve em ensaio a editar sobre as relações entre a Coroa e a aristocracia no Portugal Medieval, e que resulta da conjugação de uma série de análises que tenho desenvolvido ao longo

dos últimos 15 anos sobre as características do grupo nobiliárquico, entre os séculos XI e XIV:

- a) Depois de São Mamede, em 1128, e sobretudo desde que o Infante D. Afonso Henriques deslocou para Coimbra o centro político e militar do Condado, a nobreza afasta-se do projecto de Reconquista, abdicando dos lucros e vantagens inerentes à guerra de fronteira.
- b) O Infante-Rei apenas beneficia dos mosteiros ligados às estirpes nortenhas, maioritariamente até à conquista de Lisboa, mas não lhes concede qualquer senhorio a sul do Vouga; a única família verdadeiramente beneficiada foi a de D. Egas Moniz de Ribadouro, mas no vale do Douro.
- c) A política régia de concessão de forais (ininterrupta desde D. Afonso Henriques até D. Dinis) criou barreiras de terra régia-concelhia separando o Entre-Douro-e-Minho de Trás-os-Montes pelo eixo Tâmega-Corgo, e uma verdadeira muralha em torno do vale do rio Mondego e do maciço central, dificultando a difusão do regime senhorial laico para sul desse eixo, ainda mais densificado com o posicionamento das ordens militares, em especial a do Templo, a sul de Coimbra, na vertente sul da Serra da Estrela e na linha do Tejo (distritos de Castelo Branco e Santarém).
- d) A ausência de um sistema de *repartimientos*, idêntico ao que foi seguida pelos monarcas castelhanos e aragoneses para a colonização e povoamento da Andaluzia ou de Valência, respectivamente, impediu que a nobreza entrasse no Alentejo ou no Algarve antes do final do século XIV, espaços maioritariamente controlados pela Coroa/Municípios ou pelas Ordens Militares.
- e) As Inquirições Gerais efectuadas entre o início do século XIII e os meados do século XIV (1220–1343) demonstram que a grande maioria da propriedade nobre se situava no Norte Senhorial, isto é, entre os rios Minho e Vouga.
- f) Finalmente, e este aspecto, do meu ponto de vista, é essencial para compreender o verdadeiro alcance das consequências dos pontos anteriores, a nobreza portuguesa manteve até meados do século XIV um sistema de partilha hereditária que só a difusão dos morgadios veio contrariar, mas apenas com efeitos evidentes na centúria de Quatrocentos; dito de outra forma, a divisão dos patrimónios aristocráticos, geração após geração, por todos os herdeiros independentemente do género ou do estado, pulverizou aqueles,

impedindo a criação de grandes casas senhoriais, ricas e concentradas na mão de um único possidente, capaz de erguer com vigor um bloqueio eficaz contra as políticas régias claramente centralizadoras desde o primeiro monarca e muito reforçadas, depois, logo a partir de D. Afonso II.

Sem patrimónios avultados e muito parcelados, confinados numa área absolutamente saturada de senhorios episcopais e monásticos, os nobres portugueses pouco mais puderam fazer do que reagir num par de ocasiões, como na crise do reinado de D. Sancho II ou no final do reinado de D. Dinis, mas sem qualquer consequência palpável que efectivamente fizesse alterar o rumo da política régia, mantida ainda com mais rigor por D. Afonso IV e em boa parte continuada pelos seus sucessores. Recorde-se, aliás, que D. João I concedeu bastantes senhorios, pela necessidade de pagar auxílios e fidelidades, mas depois promoveu uma lei que permitiria a sua recuperação face à ausência de herdeiros. Bastaria, porém, a política que promoveu para assegurar o controlo da Coroa sobre as Ordens Militares (iniciada claramente por D. Dinis), para se poder afirmar que D. João I foi um monarca centralizador. São bem conhecidos os atritos entre o monarca e o Condestável, ou os exílios dos descontentes no final da década de 1390. Também não admira, se olharmos para a forma verdadeiramente faustosa como alguns desses exilados (Cunhas, Pimentéis, Silvas ou Pachecos) foram recebidos pelos monarcas castelhanos.

É verdade que, na senda dos estudos de Veiga Simões¹¹, o Professor Magalhães Godinho, com rara intuição, já afirmava:

Comprimida entre a elevação do custo de vida e a centralização política, a nobreza procura no estado de guerra permanente legitimar e garantir o ascendente que vai perdendo¹².

Nos anos de 1930, ou ainda nos de 1960, supunha-se que a nobreza atravessava sérias dificuldades pela mudança de uma economia assente em rendas

¹¹ Veiga Simões, A., "Exploração ao longo da costa ocidental de África até 1460", in *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (Dir. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias), vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 305-356 (*passim* 338-352).

¹² Godinho, V.M., *A Expansão Quatrocentista (...)*, p. 112.

agrícolas para outra onde se impunha a circulação monetária, ainda mais agravadas com a Peste Negra, a quebra da mão-de-obra e a subida dos preços e salários. É evidente que tinham razão. Mas o que aqueles ilustres historiadores, e ainda muitos outros mais recentes ignoravam, é que desde a fundação do reino o património aristocrático, individualmente, era pouco significativo, salvo algumas excepções que nunca chegaram a organizar-se como contra-poder. No mesmo sentido, por outro lado, como por exemplo aconteceu em Castela, também em Portugal não havia cidades suficientemente poderosas para se constituírem em ligas, que funcionaram em proveito próprio ao lado dos reis ou dos nobres, como ali aconteceu desde Afonso XI até aos Reis Católicos.

Em conclusão, e sem tirar qualquer mérito aos monarcas portugueses, muito pelo contrário, a verdade é que aqueles nunca tiveram que enfrentar senhores com o potencial económico e militar como os Laras ou os Haros, os Duques da Normandia ou da Borgonha, os Condes da Flandres ou os Duques de York. E mesmo quando, avançado o século xv, despontam casas com a envergadura dos Bragança ou dos Viseu, sabemos bem como terminaram, sem que daí resultasse qualquer tipo de reacção nobiliárquica. Isto não retira, entenda-se, a importância do século xv como a centúria que de facto viu despontar casas senhoriais verdadeiramente dignas desse nome. Depois de Ceuta, porém, e não depois de Aljubarrota — excepção feita ao *Condestável* —, como muitas vezes se pensa. Com efeito, será através do serviço nos palanques do Norte de África ou nas capitánias e mares orientais que a nobreza passará a merecer a magnanimidade da Coroa, sobretudo com os bens das ordens militares. Mas essa já seria uma outra questão.

Para terminar, volto a citar Magalhães Godinho que, a propósito da sua análise sobre “*Os Complexos Económicos da Europa e as Raízes Hispano-Portuguesas Medievais da Expansão*”, conclui:

Mas regressemos à Península Ibérica mais em especial. A Idade Média (cómoda expressão) assentou, pois, os alicerces de uma expansão oceânica. Pudemos detectar três grandes focos de actividades marítimas e mercantis em pleno florescimento: Biscaia e Guipúzcoa, Portugal, o Guadalquivir e Cádiz (não consideremos o Mediterrâneo). Os três com possibilidades iguais, à primeira vista pelo menos. Donde novo problema de primacial importância,

talvez mais difícil de resolver do que o da deslocação das iniciativas das cidades mediterrânicas para as cidades ibéricas atlânticas. Até Colombo, até 1492 — quando os Portugueses já tinham dobrado o cabo da Boa Esperança, logo descoberto e explorado a maior parte do Atlântico — os marinheiros bascos, e sobretudo os de Puerto de Santa Maria e Cádiz, não participaram de nenhum descobrimento; destes portos castelhanos há, é certo, alguns navios que esporadicamente seguem no encaço dos portugueses, sobretudo em tentativas, goradas, para aceder ao ouro guineense; mas navegação regular, só para as Canárias, e só nessa data tardia a ocupação efectiva do arquipélago arranca. Esse arquipélago integrara a colonização europeia por obra dos normandos. A um genovês de formação náutica portuguesa se deve a descoberta das ilhas da América Central, logo toda a expansão castelhana além Atlântico. Um capitão português é que conduz, em viagem tecnicamente preparada por portugueses, as velas de Carlos Quinto através do Pacífico, até às ilhas extremo-ocidentais. Porque é que o movimento dos descobrimentos e expansão ultramarina desabrochou nos portos do Algarve e de Lisboa, e não em Sevilha, ou Bilbao, ou La Coruña? Porque é que as etapas decisivas da expansão oceânica de Castela resultam de impulsos estrangeiros, ao contrário do que acontece em Portugal? Sem esquecer todavia que estamos no complexo da Europa atlântica, e que sem a marinharia cantábrica não seria possível Castela engolfar-se no oceano.

Responder a tais perguntas, tanta vez escamoteadas, e onde é fácil tropeçar, exige evidentemente que se analisem, não só as condições económicas, sociais, políticas e culturais que directamente levaram às navegações, conquistas e colonização além-mar, na era Quatrocentista, mas também a modelagem do devir da expansão pelo devir de tais condições¹³.

Como podem calcular, não tenho a pretensão de ter respondido a semelhante conjunto de questões, para as quais seguramente me faltam os conhecimentos próprios para a especificidade do tema da Expansão. Olhando, porém, para o quadro geral da relação das coroas portuguesa e castelhana com os respectivos

¹³ Godinho, V. M., *A Expansão Quatrocentista (...)*, pp. 106-107.

grupos senhoriais, em particular quando se chega ao início do século xv, estou convencido que a forma como o poder régio se impôs, em Portugal, praticamente desde a fundação do reino, face à debilidade do poder aristocrático, poderá ser uma via fecunda para clarificar alguns dos seus aspectos menos conhecidos, entre eles, talvez, e do meu ponto de vista, a conjugação de factores muito favoráveis para os monarcas portugueses, que permitiram a conquista de Ceuta em 1415 e a subsequente expansão ultramarina.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 12 DE MARÇO DE 2015)